

ÍNDICE

1. ACEITAÇÃO E INÍCIO DO BENEFÍCIO DA PROTEÇÃO AUTOMOTIVA SOCORRO MÚTUO	2
2. CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES PARA ADESÃO AO PSM	2
3. ACEITAÇÃO E INÍCIO DO BENEFÍCIO DA PROTEÇÃO.....	3
4. EXCLUSÃO / DISSOCIAÇÃO / DESISTÊNCIA / CANCELAMENTO	5
5. BENEFÍCIOS E PARÂMETROS DO PSM	7
6. VEÍCULOS NÃO ACEITOS NO PSM	11
7. PROCEDIMENTOS E PARÂMETROS PARA INDENIZAÇÃO E REPARO DO VEÍCULO	11
8. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O RESSARCIMENTO.....	15
9. RATEIO DOS PREJUÍZOS NO PSM	16
10. PARTICIPAÇÃO DO ASSOCIADO EM CASO DE ACIONAMENTO DO PSM	17
11. COBERTURA DE TERCEIROS.....	19
12. OBRIGAÇÕES DO ASSOCIADO PARTICIPANTE DO PSM	20
13. SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS	22
14. LGPD.....	22
15. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	24

1. ACEITAÇÃO E INÍCIO DO BENEFÍCIO DA PROTEÇÃO AUTOMOTIVA | SOCORRO MÚTUO

1.1 O presente regulamento tem como objetivo estabelecer as normas e regras do Programa de Socorro Mútuo da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, conforme estatuto social, devendo ser meticulosamente cumprido e observado pelos órgãos estatutários, dirigentes, funcionários e ASSOCIADOS aderentes ao programa.

1.2 A **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** é uma Associação dotada de personalidade jurídica conforme estabelecido no Código Civil Brasileiro em seu artigo de número 53, ou seja, pela união de pessoas com fins comuns e de acordo com o seu Estatuto, não devendo ser confundida em nenhuma hipótese com sociedades empresariais mercantis que estabelecem relações de consumo e exploram o ramo de seguros privados, já que a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** não é uma seguradora. Por este motivo exposto, a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** não é uma empresa regulamentada pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados ou filiada à FENASEG – Federação Nacional de Seguros e CENASEG – Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais. A **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, trabalha de forma transparente com seus ASSOCIADOS.

2. CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES PARA ADESÃO AO PSM

2.1 O Programa de Socorro Mútuo (PSM) da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** tem como objetivo primordial conferir proteção e segurança aos veículos automotores de seus ASSOCIADOS aderentes ao programa, através do rateio dos danos materiais eventualmente sofridos e protegidos pelo programa, na forma deste regulamento, bem como através da prevenção ativa de acidentes, pela veiculação de material educativo pertinente às normas de segurança no trânsito.

2.2 Para aderir ao PSM da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, o ASSOCIADO deverá encaminhar à Diretoria da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** a proposta de admissão devidamente preenchida, efetuar o pagamento da taxa de adesão/inspeção, além de fornecer cópia dos seguintes documentos:

- a) Carteira Nacional de Habilitação ou CPF e RG, caso ASSOCIADO não for habilitado;
- b) CRLV ou CRV do veículo, ou nota fiscal em caso de Okm;
- c) Contrato Social ou Estatuto Social, caso seja pessoa jurídica.
- d) Comprovante de endereço residencial ou comercial em caso de PJ;

2.3 Todo ASSOCIADO ao ingressar na **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** deverá pagar uma taxa de adesão/inspeção conforme tabela disponibilizada na sede da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** a fim de custear as despesas decorrentes de seu ingresso, não tendo direito a ressarcimento em caso de desligamento da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, mesmo o desligamento sendo involuntário.

2.4 O período mínimo de participação no PSM da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** é de 3 (três) meses, contados a partir da adesão ao programa e, caso o ASSOCIADO venha a usufruir do benefício da repartição de prejuízos materiais conferido pelo PSM, haverá uma nova fidelização de 6 (seis) meses a contar da data do acionamento.

2.5 É necessário que o ASSOCIADO da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** possua um veículo automotor em condições aceitáveis de tráfego e conservação. Ressaltamos que a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** não faz um levantamento do histórico do veículo quanto a sua procedência, eventos como colisão, roubo ou ressalvas de eventos de qualquer natureza. Caso o ASSOCIADO deseje, poderá solicitar esta análise arcando com o custo da consulta a ser informado na sede da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**. Veículos com eventos ou sinistrados, sofrem uma dedução em seu valor de mercado de acordo com o descrito neste regulamento.

2.6 Será permitida a transferência de titularidade de um veículo cadastrado no PSM, desde que o novo ASSOCIADO titular pague a taxa relativa à adesão/inspeção do veículo, e que não tenha nenhum impedimento quanto a sua

inclusão no programa. Este procedimento estará condicionado à aprovação expressa da diretoria da **PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS**.

2.7 Será permitida a substituição de um veículo cadastrado no PSM, desde que o **ASSOCIADO** pague uma taxa relativa à adesão/inspeção do novo veículo, e este que não tenha nenhum impedimento quanto a sua inclusão no programa. Este procedimento estará condicionado à aprovação expressa da diretoria da **PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS**.

2.8 Os **ASSOCIADOS** aderentes ao PSM da **PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS** deverão pagar uma mensalidade que compreenderá a soma da taxa administrativa, rateio dos eventos ocorridos e produtos adicionais eventualmente contratados e disponibilizados (rastreamento, proteção de vidros, assistência 24 horas, etc.). Os pagamentos deverão ocorrer somente mediante o pagamento de boleto bancário disponibilizado no site da **PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS** e enviado por e-mail.

2.8.1 O valor da taxa administrativa do PSM será calculado de acordo com o valor do automóvel informado primeiramente pela tabela FIPE (www.FIPE.com.br), segundo pela tabela **MOLICAR** ou, **falta destes índices, a adoção de critério justificado pela Diretoria Executiva**.

2.8.2 O associado não poderá efetuar depósitos em conta corrente da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** sem a autorização expressa da mesma, não servindo estes como pagamentos das obrigações para com os **ASSOCIADOS** e nem da quitação de suas obrigações, tendo estes valores que ser devolvidos e o pagamento ser refeito conforme orientação da Diretoria.

2.8.3 Após o vencimento da mensalidade será cobrada multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (Um por cento) ao mês, *pro rata die* conforme estabelecido em nossa legislação vigente.

2.9 Caso o veículo cadastrado seja de ano de fabricação e de modelo diferentes (Ex: 2008/2009), a avaliação será feita levando em consideração o ano do modelo do veículo.

2.10 É de inteira responsabilidade do ASSOCIADO o monitoramento do valor de seu veículo de acordo com a Tabela FIPE, e seu remanejamento entre os perfis e faixas de valores utilizados para cálculo da mensalidade. Salienta-se que o ressarcimento será sempre feito com base no valor de tabela FIPE do ano de fabricação do veículo na data do evento danoso, levando em consideração o valor máximo constante na Tabela FIPE previsto no Termo de Adesão, à época da contratação.

2.11 Os valores arrecadados com a taxa administrativa serão livremente administrados pela Diretoria Executiva da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, aplicando os referidos recursos no cumprimento dos objetivos da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** conforme este Regulamento e seu Estatuto Social.

3. ACEITAÇÃO E INÍCIO DO BENEFÍCIO DA PROTEÇÃO

3.1 Para que o ASSOCIADO passe a usufruir dos benefícios do PSM para seu veículo cadastrado é primeiramente necessário que faça o pagamento da taxa de adesão/inspeção. Após o pagamento e a aprovação da vistoria, termos e documentos iniciais, a proteção contra **FURTO e ROUBO iniciará após 48 (quarenta e oito) horas úteis, a contar da adesão, caso não seja necessária a instalação de rastreador**. Se necessária a instalação do rastreador, a proteção iniciará em 48 (quarenta e oito) horas úteis após sua instalação. **O ATENDIMENTO POR MEIO DA ASSISTÊNCIA 24 HORAS, PROTEÇÃO CONTRA COLISÃO, TERCEIROS, INCÊNDIO (DECORRENTE EXCLUSIVAMENTE DE COLISÃO) e FENÔMENOS DA NATUREZA entrarão em vigor em 48 (quarenta e oito) horas úteis após o pagamento da adesão/inspeção e a aprovação da vistoria, termos e documentos iniciais.**

3.1.1 A proteção do veículo poderá ter início antes caso efetue o pagamento da taxa de adesão/inspeção, vistoria e instalação do rastreador, se for o caso, e a Diretoria valide os documentos apresentados no momento da adesão através de e-mail, carta com AR, WhatsApp ou SMS diretamente ao **ASSOCIADO**.

3.1.2 Na hipótese de **FURTO OU ROUBO**, e não havendo a instalação do rastreador por culpa do Associado, o mesmo não fará jus ao recebimento da indenização prevista no PSM, ou seja, o mesmo usufruirá da totalidade dos benefícios somente após a **instalação do respectivo equipamento**.

3.2 A inspeção veicular poderá ser dispensada por até 5 (cinco) dias após a ativação, quando o veículo for 0 (zero) km e for enviado a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** por e-mail a Nota Fiscal do veículo antes dele sair da concessionária ou revenda. Após esse período a proteção estará suspensa até que seja feita a vistoria.

3.3 A Proposta de adesão ao *PSM* poderá ser recusada em até 15 (quinze) dias pela Diretoria da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, contados a partir da data do pagamento da taxa de adesão/inspeção e seu recebimento de todos os documentos necessários.

3.3.1 A eventual recusa e os seus motivos serão informados ao pretendente através de e-mail informado no formulário de adesão ou, caso não tenha informado nenhum, através de carta com AR, enviada ao endereço constante na proposta de adesão.

3.3.2 Na hipótese de recusa, os valores pagos a título de adesão/inspeção não serão ressarcidos, uma vez que foram utilizados para pagamento de despesas administrativas para avaliação e inspeção do veículo.

3.4 A diretoria da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** se resguarda no direito de indeferir a inclusão de qualquer **ASSOCIADO** ao *PSM*, caso o seu veículo se encontre em más condições de conservação ou tenha alterações, modificações e assessórios que possam afetar sua segurança ou desempenho.

3.5 A **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** exige ainda, a critério da Diretoria, a instalação e manutenção de equipamentos rastreadores ou bloqueadores, visando diminuir o índice de furto/roubo. Para estes veículos, os benefícios para casos de furto e roubo **somente valerão após a instalação do rastreador ou bloqueador**. A obrigatoriedade de instalação constará no laudo de inspeção ou será informado posteriormente através de e-mail, WhatsApp, SMS ou carta com AR.

3.5.1 Após a convocação para instalação dos equipamentos rastreador ou bloqueador através de contato telefônico, envio de SMS, WhatsApp, e-mail ou carta com AR, deverá o **ASSOCIADO** comparecer à sede ou ao local informado em até 48 (quarenta e oito) horas, sob pena da perda da proteção de seu veículo.

3.5.2 O **ASSOCIADO** ou responsável pelo veículo será avisado sobre os possíveis defeitos do veículo e assinará o laudo técnico dando autorização para a instalação, caso os defeitos diagnosticados não atrapalhem o bom funcionamento do rastreador.

3.5.3 O **ASSOCIADO** é responsável pelo bom e correto funcionamento do rastreador, devendo para isto realizar consultas periódicas das atualizações do seu veículo tanto via central de atendimento, quanto via acesso remoto. O usuário e senha do sistema serão entregues após a instalação do equipamento. Devendo ainda comunicar toda e qualquer intervenção elétrica em seu veículo, principalmente procedimentos em que sejam necessários a interferência ou remoção da bateria.

3.5.4 Em caso de cancelamento da proteção ou da inadimplência, deve o **ASSOCIADO** entrar em contato **ASSOCIAÇÃO** para agendamento da retirada do equipamento rastreador. Caso o mesmo não faça o agendamento da retirada, ou não compareça para a desinstalação, poderá a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** ou a **prestadora de serviços de rastreamento terceirizada** efetuar a cobrança de mensalidade no valor de R\$59,90 (cinquenta e nove reais e noventa centavos) da data da rescisão do contrato/inadimplência até a data da efetiva retirada.

3.5.4.1 Caso o equipamento não seja retirado em até 60 (sessenta) dias do cancelamento da proteção ou da inadimplência com a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, poderá a mesma fazer a cobrança do equipamento no valor de R\$900,00 (novecentos reais), além da(s) mensalidade(s) no valor de R\$59,90 (cinquenta e nove reais e noventa centavos) que deverão ser pagas da data da desvinculação da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, até a data do efetivo pagamento do valor integral do equipamento.

3.6 O veículo deverá estar em dia com os impostos, taxas e toda a documentação necessária para a sua circulação, caso contrário, o ASSOCIADO não terá nenhum direito aos benefícios oferecidos pela PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS aos quais faz jus em caso de acidentes, tendo em vista que o mesmo não se encontrava apto para transitar em via pública.

4. EXCLUSÃO / DISSOCIAÇÃO / DESISTÊNCIA / CANCELAMENTO

4.1 O **ASSOCIADO** que desejar se desligar do *PSM* deverá solicitar o cancelamento para a Diretoria da **PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS** pessoalmente ou via WhatsApp (34) 99802-7539 contendo as seguintes informações:

- a) *Nome completo;*
- b) *CPF;*
- c) *Modelo do veículo automotor;*
- d) *Placa;*
- e) *Motivo do Desligamento.*

4.2 O associado arcará com o pagamento de todas as despesas ocorridas no grupo até o dia de seu desligamento, e deverá estar adimplente com todas as suas obrigações/mensalidades.

4.2.1 Após a Associação encaminhar o Termo de Cancelamento para o Associado, o mesmo terá 24 (vinte e quatro) horas para encaminhá-lo assinado, caso não envie o pedido será revogado e a cobrança da mensalidade será feita normalmente.

4.3 O pedido de desligamento deverá ser realizado até o 30º dia do mês, ressalvada a responsabilidade no mês seguintes do rateio.

4.4 O **ASSOCIADO** que requerer o desligamento violando o prazo de fidelização disposto neste regulamento incorrerá em multa correspondente ao valor mensal médio do rateio apurado nos seis meses anteriores ao pedido, multiplicado pelo número de meses faltantes para o cumprimento do prazo designado.

4.5 Poderá a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** cobrar no momento do pedido de desligamento a taxa de fidelização prevista em cláusula deste regulamento, se for o caso.

4.6 Em nenhuma hipótese, o associado que se desligar da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** terá qualquer direito a ressarcimento de valores já pagos, pelo tempo em que esteve participando dos benefícios da **PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS**, mesmo se o seu desligamento for involuntário.

4.7 Poderá a Diretoria da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** proceder a exclusão de **ASSOCIADO** a qualquer tempo do corpo social e conseqüentemente dos benefícios que usufrui. A mesma se resguarda no direito de não informar ao **ASSOCIADO** ou futuro **ASSOCIADO** o motivo da não aceitação ou de sua desassociação quando esta envolver informações de terceiros.

4.8 É facultada ainda à Diretoria da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** em proceder à eliminação de qualquer um dos **ASSOCIADOS** a qualquer tempo, caso este aja contra os interesses da coletividade, ou viole qualquer uma das normas estatutárias ou regulamentares da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, assegurado o direito a ampla defesa e contraditório.

4.9 O não pagamento do boleto mensal no dia do seu vencimento implica na perda automática de todos os benefícios oferecidos pelo **PSM** da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**. A proteção somente voltará a ter validade após as 00:00:00 do dia útil seguinte ao pagamento do boleto, respeitada a obrigatoriedade de nova vistoria após transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias do seu vencimento.

4.9.1 Para reativação dos benefícios do **PSM**, após 05 (cinco) dias do vencimento deverá o **ASSOCIADO** efetuar o pagamento de novo boleto fornecido pela **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** exclusivamente para este fim, e agendar o agendamento de nova vistoria de seu veículo para verificação de suas condições.

4.10 Após 15 (quinze) dias de atraso no pagamento do boleto bancário, o **ASSOCIADO** inadimplente poderá ter seu nome encaminhado aos órgãos de proteção ao crédito (tais como SPC, SERASA, etc.), podendo ainda o título ser protestado, sem prejuízo da propositura da Ação Judicial competente para recebimento do débito.

4.11 Se o **ASSOCIADO** atrasar o pagamento do seu boleto bancário por mais de 05 (cinco) dias, além de ter seu veículo desprotegido, será automaticamente **EXCLUÍDO** do **PSM** da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, ficará sua reinclusão condicionada:

- a) Ao pagamento do débito;
- b) A nova inspeção do veículo;
- c) A parecer favorável da Diretoria.

4.12 O não recebimento do boleto e a exclusão do **ASSOCIADO** do **PSM** ou da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** não o exime da responsabilidade pelo seu pagamento, visto que a cobrança se trata sempre do mês anterior, período em que o **ASSOCIADO** usufruiu dos benefícios do **PSM**.

4.13 O **ASSOCIADO** somente terá direito a cobertura (seja de seu veículo ou envolvendo terceiros) de no máximo 02(dois) eventos a cada 12 (doze) meses, sendo que a partir do 2º (segundo) evento, haverá a cobrança da taxa de participação em dobro. O **ASSOCIADO** poderá ser excluído compulsoriamente do **PSM**, a critério da Diretoria, e assegurado o direito a recurso administrativo.

4.13.1 Caso o **ASSOCIADO** se envolva em qualquer tipo de evento nos primeiros 90 (noventa) dias após a ativação da sua proteção, haverá incidência de 02 (duas) vezes o valor da participação obrigatória ao **ASSOCIADO**, tanto acionamento para ele, quanto ao **TERCEIRO**, a título de taxa de participação.

4.14 A eliminação do **ASSOCIADO** do corpo social obedecerá ao disposto no Estatuto Social da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, cabendo à Diretoria ratificá-la, sempre resguardado o direito a ampla defesa e interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo à Assembleia Geral subsequente a deliberação. O prazo para interposição do

recurso, para as finalidades previstas nesta cláusula é de 5 (cinco) dias corridos, a partir da notificação formal ao **ASSOCIADO** enviada por e-mail ou SMS informado no momento da adesão e, em sua falta, por carta com AR.

4.15 A notificação sobre a exclusão e perda de benefícios do **ASSOCIADO** por inadimplência ou qualquer outro motivo do *PSM* poderá ser feita através de e-mail, SMS, WhatsApp ou, em último caso, por meio de correspondência com AR. Serão levadas em consideração as informações prestadas no *Termo de Adesão*, devendo o **ASSOCIADO** manter sempre suas informações atualizadas junto à **ASSOCIAÇÃO**.

5. BENEFÍCIOS E PARÂMETROS DO PSM

5.1 Para participar do *PSM* neste regulamento, o candidato deverá ser **ASSOCIADO** da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** e estar cumprindo com todas as suas obrigações, sendo que esta opção é voluntária por parte do mesmo.

5.2 O *PSM* é oferecido pelo sistema de socorro mútuo de rateio, desta forma todos os **ASSOCIADOS** entre si arcam com os gastos decorrentes dos eventos e serviços contidos neste Regulamento, buscando sempre a integração sócia comunitária dos **ASSOCIADOS** e concedendo mutuamente a proteção de seus veículos automotores.

5.3 O Padrão de Aceitação da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** visa determinar a entrada de **ASSOCIADOS** que possuam veículos em condições aceitáveis de tráfego e conservação, visando a segurança do associado e dos demais condutores de veículos automotores em nosso trânsito. Também, tem como foco em fomentar a classe desprovida de nossa sociedade, excluindo assim, a entrada de veículos de luxo que possuam custo de reparação demasiadamente altos e fora dos padrões comuns de nossa sociedade.

5.4 O veículo automotor cadastrado junto a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** não poderá contar com seguros particulares, privados ou proteção associativa ou alternativa por quaisquer meios e entidades existentes, sob pena de exclusão do corpo de **ASSOCIADOS** e de não ter direito a qualquer ressarcimento de eventos mencionado neste Regulamento, mesmo que seja penalizado pelo mesmo motivo em entidades alheias à **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**.

5.5 A inspeção inicial será realizada apenas após o pagamento da taxa de adesão/inspeção, portanto, torna-se indispensável à quitação da mesma, inclusive para a validação dos benefícios.

5.6 A data de fabricação máxima para o cadastro dos veículos Automotores ficará sob o crivo da Diretoria da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, sendo que para veículos acima de 15 (quinze) anos, faz-se necessário uma avaliação e autorização especial.

5.7 O valor máximo do veículo automotor aceito na **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** será estipulado pela Diretoria, podendo este ser alterado sob crivo da Diretoria Executiva sem prévio aviso. Para os veículos automotores cadastrados junto à **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, este valor será periodicamente revisto pela Diretoria, observando o valor de mercado dos mesmos.

5.8 O veículo automotor participará dos benefícios oferecidos pela **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** somente com os itens originais de fábrica. Não serão cobertos pela **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, por exemplo, kit gás, acessórios como som, telas de LCD, DVD, rodas de liga leve e demais equipamentos e/ou acessórios que forem roubados ou furtados individualmente

5.9 A cobertura do *PSM* se aplica aos seguintes eventos: roubo, furto, colisão, capotamento, incêndio decorrente exclusivamente de colisão e fenômenos da natureza. Não serão cobertos danos no veículo do Associado, **QUE NÃO**

SEJAM PROVOCADOS PELO CHOQUE com outros veículos automotores como, por exemplo, colisão com bicicletas, muros, postes, fachadas, etc...

5.9.1 Entende-se como fenômenos da natureza *inundação, enchente, alagamento por água doce e tempestades, gelo, granizo e raios*.

5.10 As garantias contra roubo e furto não se confundem com fraudes, estelionato e apropriação indébita, além de outras práticas delituosas, que não são beneficiadas pela proteção.

5.11 Não haverá benefício da cobertura para casos de roubo ou furto de veículos que não possuem o **rastreador via satélite como item obrigatório**, após convocação formal do **ASSOCIADO** para sua instalação.

5.12 Será entendido como colisão para efeitos de cobertura somente o choque entre 02 (dois) ou mais veículos automotores. Não haverá cobertura, por exemplo, de choque com postes, muro, bicicletas, patinetes, meio fio, valas, etc.

5.13 Não serão inclusos no benefício do PSM os seguintes casos:

5.13.1 Responsabilidade civil facultativa, danos materiais, pessoais, corporais e morais, a terceiros e aos ocupantes do veículo (exceto nos casos em que forem expressamente contratados à parte);

5.13.2 Eventos danosos decorrentes da inobservância das leis em vigor, como dirigir sem possuir carteira de habilitação ou estar com a mesma suspensa, ou ainda, não ter habilitação adequada conforme categoria do veículo automotor, realizar manobras perigosas aonde a sinalização não permite, utilizar inadequadamente o veículo automotor com relação a lotações de passageiros, dimensão, peso e acondicionamento de carga transportada, ocasionados pelo associado, seus prepostos, representantes ou empregados;

5.13.3 Negligência na utilização ou manutenção do veículo (itens de segurança, pneus, direção perigosa ou sob efeitos de entorpecentes/ilícitos, etc.);

5.13.4 Utilizar inadequadamente o veículo com relação a lotações de passageiros, dimensão, peso e acondicionamento de carga transportada;

5.13.5 Veículos que tiverem alteradas as características originais, de modo a comprometer a segurança (Veículos rebaixados, com molas cortadas, com qualquer outra alteração na estrutura original), ainda que com preparação especializada ou laudo do INMETRO, somente terá a parte da lataria será reparada em caso de acidente. A parte mecânica fica descoberta, em função do agravamento de risco por conta das alterações;

5.13.6 Desgaste natural ou pelo uso, deterioração gradativa e vício próprio, defeito fabricação, defeito mecânico, da instalação elétrica do veículo, vibrações, corrosão, ferrugem, umidade e chuva;

5.13.7 Quaisquer atos de hostilidade, tumultos, motins, sabotagem, vandalismo;

5.13.8 Atos de autoridade pública salvo para evitar propagação de danos inclusos no benefício;

5.13.9 Negligência do **ASSOCIADO**, arrendatário ou cessionário na utilização, bem como na adoção de todos os meios razoáveis para salva-los e preservá-los durante ou após a ocorrência de qualquer evento (danos no motor após colisão na parte inferior do veículo);

5.13.10 Atos praticados em estado de insanidade mental e/ou tóxicas. Também não terá cobertura para o **ASSOCIADO** que se envolver em evento, e estando sob suspeita de utilização de substâncias ilegais/tóxicas.

5.13.11 Caso o condutor do veículo seja orientado por autoridade policial a fazer uso do Etilômetro (bafômetro) e por vontade própria não aceite, este terá automaticamente o seu evento negado. A **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** se reservará ao direito de aguardar o resultado do IML para início dos reparos do veículo automotor quando este for o caso, negando o benefício à proteção caso seja positivo o resultado para consumo de álcool ou entorpecentes.

5.13.12 Danos emergentes;

5.13.13 Lucros cessantes e danos emergentes direta ou indiretamente da paralisação do veículo **ASSOCIADO**, mesmo sendo em consequência do benefício do *PSM*;

5.13.14 Perdas ou danos ocorridos quando em trânsito por estradas ou caminhos impedidos, inadequados, não abertos ao tráfego ou de areias fofas ou movediças;

5.13.15 Danos causados a carga transportada;

5.13.16 Danos sofridos por pessoas transportadas em locais não especificamente destinados e apropriados a tal fim, ou mesmo em local apropriado;

5.13.17 Danos ocorridos com o veículo fora do território nacional;

5.13.18 Perdas e danos ocorridos durante a participação do veículo em competições, apostas, provas de velocidade, inclusive treinos preparatórios;

5.13.19 Multas ou fianças impostas ao **ASSOCIADO** e despesas de qualquer natureza relativa a ações e processos criminais;

5.13.20 As avarias que forem previamente constatadas e relacionadas na inspeção inicial do veículo **ASSOCIADO**, nos eventos de danos materiais parciais (em caso de ressarcimento integral, tais avarias serão descontadas do valor a ser beneficiado);

5.13.21 Reparos de avarias sofridas no veículo cadastrado promovidos sem a autorização da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**;

5.13.22 Danos causados por guerra, revolução e ocorrências semelhantes, ou seja, contingências que atinjam de forma maciça a população regional ou nacional;

5.13.23 Furto ou roubo nos casos de veículos equipados com rastreador via satélite, caso o rastreador não esteja em perfeito funcionamento ou caso o **ASSOCIADO**, após convocação formal para instalação, não compareça à sede da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**;

5.13.24 Veículos turbinados (que não sejam originais de fábrica) não podem fazer parte da proteção, em hipótese alguma. Caso o **ASSOCIADO** turbine seu veículo após a adesão, perderá todas as coberturas;

5.13.25 Não haverá cobertura para os danos sofridos pelo veículo devido ao período fora de funcionamento, tais como bateria descarregada, acumulação de borra no motor, etc.;

5.13.26 Não haverá cobertura para ASSOCIADOS com boleto em atraso após as 00:00:00 do dia seguinte ao vencimento;

5.13.27 Veículo automotor com os pneus carecas em referência ao TWI (marca indicadora dos desgastes dos pneus). Caso os sulcos ou raios de aderência estejam alinhados com a marca de referência TWI ou menores que 1,6 mm o evento será negado. Caso o veículo automotor se envolva em acidentes com quaisquer um de seus pneus *carecas*, estes não terão direito a cobertura;

5.13.28 A **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** não fará em nenhuma hipótese ressarcimento pelos dias parados para os **ASSOCIADOS** ou **TERCEIROS** que usam seus veículos de forma comercial como taxistas, transportadores, escolares, UBER e demais atividades remuneradas, principalmente em caso de ressarcimento integral ou pelo período de investigação quanto à veracidade dos fatos, visto que este é um critério adotado por todos os **ASSOCIADOS** da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**;

5.13.29 Caso o equipamento de Rastreamento não esteja em perfeito funcionamento;

5.13.30 Danos causados por alagamento, como por exemplo calço hidráulico, seja por negligência, imperícia ou imprudência principalmente no caso de veículo estacionado em local sinalizado;

5.13.31 Não fizer o acionamento formal junto a Associação em até 5 (cinco) dias corridos da data do SINISTRO envolvendo colisão, incêndio ou fenômenos da natureza, junto ao departamento de eventos da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** via telefone, ou diretamente na sede da **PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS**;

5.13.32 Reparos efetuados no veículo mesmo que decorrente do sinistro, sem que haja autorização expressa e por escrito da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**;

5.13.33 Todos os eventos em que haja infração de trânsito considerada grave, gravíssima ou crime pelo Código de Trânsito Brasileiro, bem como os descumprimentos de outras Leis e normas vigentes que regulamentam uso de veículos;

5.13.34 Casos onde o Associado, ainda que certo, tenha prestado informações fraudulentas, incorretas ou falsas no Boletim de Ocorrência ou em qualquer documento e declaração repassada para a **ASSOCIAÇÃO**, ou mesmo tenha omitido fatos que possam influenciar na análise do evento dos fatos;

5.13.35 Colisões ocorridas dentro de estacionamentos comerciais, particulares ou residenciais;

5.13.36 Veículos que, imediatamente após o evento, continuaram a trafegar, sem acionamento da assistência, causando agravamento do dano resultante do evento ou novos eventos subseqüentes;

5.13.37 Despesas ocorridas pelo veículo protegido quando estiver sendo rebocado por veículo não apropriado a esse fim, ou em operação de içamento ou descida;

5.13.38 Despesa gerada quando o veículo do associado for submerso em rio, lago ou no mar no momento de embarque, desembarque e travessia de canoa, lancha, balsas, etc.;

5.13.39 Despesa ocorrida no momento de travessia, entrada e descida de balsa, bem como a despesa ocorrida quando o veículo do associado for submerso em rio, lago ou no mar no momento de embarque e desembarque de canoa, lancha, moto aquática etc.;

5.13.40 Qualquer tipo de evento que ocorra dentro de garagens, estacionamentos particulares, bem como na residência do associado e de seus ascendentes, descendentes por consanguinidade, seus sócios, cônjuges, afinidade, adoção bem como por parentes e/ou pessoas que residam com o associado e/ou condutor e/ou dependam dele economicamente.

5.14 Caso o veículo seja vendido, o associado deve imediatamente informar a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** para que sejam feitas as devidas mudanças. Caso o associado repasse o veículo automotor para terceiros e não informe a **PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS**, o mesmo não terá direito a ressarcimentos de nenhuma espécie, principalmente em caso de eventos, mesmo que não tenha sido feita a transferência legal do veículo automotor.

6. VEÍCULOS NÃO ACEITOS NO PSM

6.1 Caso após a inspeção inicial, o veículo automotor não esteja de acordo com o padrão de aceitação da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, este não poderá fazer parte como objeto de ingresso à **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, portanto não terá direito aos benefícios oferecidos no *PSM*. Neste caso específico, a Taxa Adesão/Inspeção não será reembolsada, uma vez que os serviços de vistoria e avaliação do veículo são terceirizados, culminando no cancelamento da participação do **ASSOCIADO** ao programa.

6.2 Não serão aceitos veículos automotores que apresentarem as seguintes características:

- a) Veículo automotor com queixa de furto/roubo ou busca e apreensão;*
- b) Veículo automotor impossibilitado de coleta de número de chassi e motor;*
- c) Veículo automotor com numeração de motor ou chassi raspado, ilegível, adulterado ou ausente;*
- d) Veículo automotor OFF ROAD (utilizada para trilha);*
- e) Veículo automotor restritos após inspeção inicial, de acordo com a Tabela de Parâmetros para Aceitação de Veículo Automotor da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**;*
- f) Veículos blindados;*
- g) Veículos turbinados que não sejam de fábrica.*

6.2.1 É obrigação do **ASSOCIADO** informar para a Associação caso seu veículo se enquadre em um dos casos acima.

7. PROCEDIMENTOS E PARÂMETROS PARA INDENIZAÇÃO E REPARO DO VEÍCULO

7.1 Para fazer o acionamento do *PSM*, o **ASSOCIADO** deverá comparecer pessoalmente ou por representante legalmente constituído, na sede da **PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS**, para lavrar termo de Acionamento e, caso seja necessário, sub-rogação de direitos, com informações detalhadas sobre o ocorrido. A diretoria poderá ainda solicitar o comparecimento do **ASSOCIADO** na sede **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** para prestar esclarecimentos do ocorrido.

7.2 Haverá redução no valor de indenizações por furto, roubo ou perda total nos seguintes casos:

7.2.1 Os veículos com a **numeração do chassi remarcada** sofrerão depreciação de 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao valor fornecido pela tabela FIPE;

7.2.2 Os veículos **utilizados ou adquiridos como produtor rural, frotista, locação, táxi ou para transportes por aplicativos** sofrerão depreciação de 20% (vinte por cento) em relação ao valor fornecido pela tabela FIPE;

7.2.3 Caso o veículo a ser ressarcido for **proveniente de Leilão**, o valor da tabela FIPE sofrerá uma redução de 30% (trinta por cento).

7.2.3.1 Os veículos procedentes de leilão, não farão jus à cobertura contra incêndio.

7.2.4 Veículos recuperados de **sinistro classificados como MÉDIA MONTA** que contenham ou não anotação no CRLV, terão uma depreciação de 30% (trinta por cento) sobre o seu valor na tabela FIPE.

7.3 Na hipótese de indenizações de pneus que forem afetados pelo evento, a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** pagará o valor correspondente ao estado do mesmo, seguindo o seguinte parâmetro:

- a) Pneus com até 6 (seis) meses de uso, ressarcimento de 100% (cem por cento) do valor;*
- b) Pneus com mais de 6 (seis) meses de uso, ressarcimento de 50% cinquenta por cento) do valor.*

7.4 Serão sempre adotados para aplicação das bases acima, os valores dos pneus novos à época do evento danoso. Caso este tenha saído de linha, observar-se-á o valor do substituto ou equivalente.

7.5 Em caso de ressarcimento integral, roubo ou furto qualificado do veículo protegido **a PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS tem, em regra, 90 (noventa) dias PARA INICIAR o pagamento do ressarcimento ao ASSOCIADO prejudicado o prejuízo correspondente, a contar do resultado da sindicância e da apresentação de todos os documentos requeridos pela PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS, observada a ressalva das cláusulas anteriores.**

7.5.1 Poderá a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** fazer o parcelamento da indenização em até 10 (dez) vezes, de acordo com seu fluxo de caixa e autorização da diretoria.

7.6 Quando o veículo sofrer danos materiais parciais, o ressarcimento será feito com base nos custos das partes, peças e materiais a substituir, bem como da mão-de-obra necessária para reparação ou substituição. A **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** providenciará o conserto do veículo danificado, em oficina previamente credenciada, o pagamento será efetuado com apresentação de nota fiscal do serviço.

7.6.1 Não haverá, contudo, estipulação de prazo para entrega do veículo em caso de reparos de eventos, visto que a disponibilidade de oficinas e a disponibilidade de peças no mercado, dentre outros fatores, fogem do controle da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**. O encaminhamento do veículo para a oficina credenciada não implica no reconhecimento direito do **ASSOCIADO** em ter seu pleito atendido, e ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a finalização da sindicância.

7.7 A disponibilização dos benefícios citada no item anterior não será feita obrigatoriamente com a reposição de peças originais do fabricante, e poderá ser feita a substituição das peças danificadas pelas similares produzidas no mercado paralelo ou usadas, desde que não comprometam a segurança e a utilização do veículo.

7.8 Na eventualidade do **ASSOCIADO** escolher outra oficina que não seja uma das credenciadas pela **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** e mediante prévia autorização, o valor do conserto total do veículo não poderá ultrapassar o valor do

menor dos orçamentos providenciados pela **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**. Sendo o conserto do veículo efetivado em oficina sugerida pelo **ASSOCIADO** e diversa das credenciadas, o **ASSOCIADO** pagará a diferença do valor do conserto e a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** não se responsabilizará pela qualidade do reparo visto que efetuados em oficina desconhecida e da preferência do **ASSOCIADO**, sendo assim, de responsabilidade deste.

7.8.1 Caso o **TERCEIRO** envolvido no acidente escolha fazer o reparo do seu veículo em oficina não credenciada pela **ASSOCIAÇÃO**, arcará a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** com o valor do maior orçamento obtido em suas oficinas credenciadas, devendo o **ASSOCIADO** pagar a diferença do reparo apresentado/reivindicado pelo **TERCEIRO**.

7.8.2 É obrigação do Associado procurar a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** para submeter o veículo a nova vistoria após o reparo em oficinas credenciadas e não credenciadas.

7.9 Após o conserto ser realizado, e feita a vistoria de entrega do veículo pela **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, o **ASSOCIADO** tem o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para retirar o veículo do local, sob pena de ser cobrada uma diária no valor de R\$50,00 (cinquenta reais). Poderá ainda a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** solicitar o reboque do veículo, entregando-o no endereço fornecido pelo **ASSOCIADO** no momento da adesão independente de sua anuência.

7.10 Haverá ressarcimento integral do valor do veículo, em regra, quando o montante para reparação do bem ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do valor da tabela FIPE, levando em consideração o valor máximo constante na Tabela FIPE previsto no Termo de Adesão, à época da contratação.

7.10.1 Caso o veículo seja classificado como *MÉDIA MONTA*, caberá à Associação optar pelo reparo do veículo ou indenização com base na tabela FIPE, levando em consideração o valor máximo constante na Tabela FIPE previsto no Termo de Adesão, à época da contratação.

7.10.2 Sendo classificado como *MÉDIA MONTA*, e a Associação optando pelo reparo, deverá a mesma proceder no conserto do veículo em relação ao acidente sofrido, entregando o mesmo apto para realização pelo Associado (às suas expensas) do laudo do INMETRO exigido e demais vistorias pelo DETRAN.

7.10.3 NÃO É DE RESPONSABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO ARCAR COM CUSTOS ADMINISTRATIVOS/JUDICIAIS DO DETRAN OU MESMO CONSULTORIA DE DESPACHANTE PARA REGULARIZAÇÃO DO VEÍCULO CLASSIFICADO COMO MÉDIA MONTA.

7.10.4 Caso seja necessária a baixa do chassi junto ao DETRAN, providenciará o Associado todo trâmite legal, sendo de sua inteira responsabilidade o protocolo e acompanhamento da solicitação. O pagamento da indenização somente ocorrerá após a apresentação de documento comprovando a baixa e quitação de todos os impostos e taxas.

7.10.5 Não serão custeadas pela **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** despesas para confecção de novas placas, ficando a encargo do **ASSOCIADO** a responsabilidade de solicitação e custas referente à nova placa.

7.11 Em caso de veículos novos (0 Km), a indenização corresponderá ao valor especificado na nota fiscal do veículo cadastrado, desde que satisfeitas todos os incisos *a*, *b* e *c* abaixo:

- a) O cadastramento tenha sido realizado antes da retirada do veículo das dependências da revendedora ou concessionária autorizada pelo fabricante;*
- b) Tratar-se de primeiro evento com o veículo;*
- c) O evento tenha ocorrido dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de retirada do veículo.*

7.12 Caberá à Diretoria a opção de proceder ao ressarcimento correspondente ao valor integral do veículo ou de promover o conserto do mesmo em caso de danos parciais, sempre observando a forma que, aplicada, implique em menor valor a ser rateado e segurança para o **ASSOCIADO**.

7.13 No caso de ressarcimento integral ou de substituição de peças, os materiais remanescentes (peças ou salvado) pertencerão a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, que poderá vendê-los para diminuir o valor do rateio para os **ASSOCIADOS**.

7.14 A **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** reserva o direito de contratar investigação especializada (sindicância) a fim de levantar eventuais irregularidades a respeito da natureza do acidente e eventuais fraudes ou irregularidades. O prazo para tal sindicância é de no mínimo 20 (vinte) dias úteis em caso de acidente que demande apenas reparo, e 45 (quarenta e cinco) dias úteis em caso de roubo, furto ou perda total.

7.14.1 Caso a sindicância comprove algum indício de fraude ou irregularidades, poderá a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** descontar o valor da perícia contratada da taxa de acionamento já paga pelo **ASSOCIADO** quando da abertura do evento, devolvendo para o mesmo o saldo, se houver. Ex.: Caso haja um acionamento, e o laudo pericial comprove que o veículo estava com pneus carecas, ou alteração dos fatos, poderá ser descontado da taxa de acionamento o valor da perícia.

7.14.2 Caso o valor do laudo pericial/sindicância for superior ao valor da taxa de acionamento, deverá o **ASSOCIADO** fazer o complemento, sob pena de ser cobrado administrativa e judicialmente, podendo ainda ter seu nome incluído nos cadastros de proteção ao crédito.

7.15 Para pagamento de indenização por perda total, roubo ou furto, deverá o **ASSOCIADO**:

- a) Estar em dia com todas as taxas, tributos, multas e impostos relativos ao veículo. Caso haja alguma pendência, deverá o **ASSOCIADO** regularizá-la;*
- b) Proceder a quitação de financiamento, consórcio, empréstimo ou arrendamento que exista no veículo, permitindo a transferência direta e imediatamente do mesmo para a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**;*
- c) Apresentar recibo de transferência devidamente preenchido para a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** ou a quem ela indicar, com firma reconhecida por autenticidade.*

7.16 Caso o valor do saldo devedor do empréstimo, financiamento, arrendamento ou consórcio for superior ao valor a ser indenizado, o **ASSOCIADO** deverá quitar/pagar a diferença apurada para a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, para que somente após ela providencie a quitação do débito junto ao credor.

7.17 O prazo para indenização somente iniciará após a apresentação para a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** dos comprovantes relativos às pendências, e entrega dos documentos necessários previstos na cláusula anterior, com a consequente baixa no sistema do DETRAN se for o caso.

7.18 A **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** se reserva no direito **DE NÃO ACEITAR PROCURAÇÃO DE TERCEIROS OU DO ASSOCIADO PARA TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO PROTEGIDO**, uma vez que tal mandato pode se encerrar a qualquer momento mediante cancelamento ou falecimento do outorgante.

7.19 A responsabilidade de fornecimento do recibo de transferência do veículo indenizado devidamente preenchido para a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** ou a quem ela indicar é do **ASSOCIADO**. Não serão aceitos recibos preenchidos em favor de terceiros, rasurados ou por meio de procuração para a **PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS**.

7.20 Em caso de indenização por furto, roubo ou perda total, a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** descontará do valor da indenização a ser paga o valor da participação/taxa de utilização do evento, além do equivalente a 06 (seis) mensalidades, levando-se em consideração o valor do último mês, referente aos rateios dos sinistros anteriores ainda não pagos.

7.21 Em caso de acionamento para reparo/indenização no veículo protegido e/ou de terceiros, a sindicância somente será iniciada após a abertura formal do evento, com a entrega de toda a documentação.

7.22 O **ASSOCIADO** que se envolver em acidente, ficando constatado que o mesmo não seja culpado, deverá passar uma procuração e o termo de sub-rogação de direitos para a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, para que a mesma possa providenciar a cobrança junto ao terceiro após os reparos.

7.23 O **ASSOCIADO** não poderá assumir a culpabilidade de um evento danoso quando no envolvimento de um terceiro, este ter desrespeitado as leis de trânsito ou sinalização, caso o faça, sofrerá a perda do direito de ressarcimento de seu veículo e do terceiro.

7.24 O **ASSOCIADO** não poderá em nenhuma hipótese, conciliar junto a um terceiro acordo referente ao valor de sua Taxa de Utilização ou do prejuízo causado sob pena da perda do direito de ressarcimento.

7.25 O **ASSOCIADO** que tiver seu veículo furtado, roubado ou que sofrer danos irreparáveis e possuir mais de 03 (três) parcelas de seu financiamento em atraso, não terá direito ao ressarcimento integral de seu bem, sendo que este ficará limitado a 50% do valor de mercado do mesmo. A decorrência do prazo de ressarcimento pelo grupo, não permite ao associado interromper os pagamentos do financiamento durante o decorrer do processo.

7.26 Caso o **ASSOCIADO** não conclua o acionamento com a entrega de todos os documentos necessários para abertura de evento no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do evento, perderá automaticamente o direito à cobertura, visto que procedimentos de sindicância podem ser necessários, e tal demora acarreta na impossibilidade de sua realização.

8. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O RESSARCIMENTO

8.1 Caso o **ASSOCIADO** venha sofrer prejuízo material no seu veículo cadastrado, o ressarcimento dos valores correspondentes ou a reposição do bem ficará condicionada à apresentação dos seguintes documentos:

- a) Em caso de danos parciais (acidente):*
 - Boletim de ocorrência feito **no momento** do acidente;*
 - Xerox da Carteira de Habilitação do condutor do veículo e do **ASSOCIADO**;*
 - Xerox do CRVL (Certificado de registro e licenciamento do veículo).*

b) Em caso de ressarcimento integral decorrente de acidente (perda total) ou incêndio:

*b.1) Em se tratando de **ASSOCIADO** pessoa física:*

*Cópia do CPF e RG do **ASSOCIADO**;*

*CRV Certificado de Registro de Veículo original (documento de transferência) devidamente preenchido a favor da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** ou de quem esta indicar, assinado e com firma reconhecida por autenticidade;*

CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo) original, com a prova de quitação Seguro obrigatório e IPVA dos dois últimos anos de licenciamento;

Boletim de Ocorrência original ou cópia autêntica;

Xerox da Carteira de habilitação do condutor do veículo;

Chaves do veículo;

Certidão negativa de furto e multa do veículo;

Comprovante de inexistência de impedimentos e restrições do veículo (pode ser retirado do site do DETRAN).

*b.2) Em se tratando de **ASSOCIADO** pessoa jurídica:*

*CRV Certificado de Registro de veículo original (documento de transferência) devidamente preenchido a favor da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** ou de quem esta indicar, assinado e com firma reconhecida por autenticidade;*

CRVL (Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo) original, com a prova de quitação Seguro Obrigatório e IPVA dos dois últimos anos de licenciamento;

Boletim de Ocorrência original ou cópia autêntica;

Xerox da Carteira de habilitação do condutor do veículo;

Chaves do veículo;

Certidão negativa de furto e multa do veículo;

Cópia do Contrato ou Estatuto Social, com alterações, autenticadas em cartório;

*Nota fiscal de venda a **PREMIER CLUBE DE BENEFÍCIOS**, quando o objetivo social da empresa for indústria, comércio, importação, exportação etc. (Prestação de serviço e leasing não necessitam emitir esta nota fiscal);*

Comprovante de inexistência de impedimentos e restrições do veículo (pode ser retirado do site do DETRAN).

c) Em caso de ressarcimento Integral decorrente de Roubo ou Furto:

Todos os documentos exigidos nas alíneas b.1 e b.2;

Extrato do DETRAN (débitos e restrições) constando queixa de roubo/furto;

Certidão negativa de multas do veículo;

Comprovante de inexistência de impedimentos e restrições do veículo (pode ser retirado do site do DETRAN).

9. RATEIO DOS PREJUÍZOS NO PSM

9.1 Os prejuízos sofridos pelos **ASSOCIADOS** aderentes ao PSM serão apurados mensalmente, sendo rateados entre todos os participantes a partir do dia 25 (vinte e cinco) do mês de anterior, devendo o valor do rateio ser pago conforme data de vencimento escolhida no momento da contratação, sob pena de perda imediata da proteção.

9.1.1 O valor do rateio deverá ser pago através de boleto bancário, com vencimento todo dia 05 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze) ou 20 (vinte), a critério do **ASSOCIADO**, devendo o mesmo reclamar o envio do boleto, na hipótese do mesmo não ser recebido até o correspondente dia de vencimento.

9.1.2 O pagamento do boleto mensal da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** deverá ocorrer apenas e tão somente na rede bancária, não estando qualquer funcionário, representante credenciado ou preposta da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** autorizado a receber qualquer quantia seja em cheque dinheiro, bem como emitir recibo ou firmar contrato de qualquer espécie.

9.1.3 A **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** reserva-se no direito de incluir como despesa referente às inadimplências ocorridas no mês anterior e distribuir seu rateio no período semestral no intuito de restabelecer o equilíbrio econômico.

9.2 A partir do dia 05 (cinco) de cada mês, os boletos ficarão disponíveis no site oficial da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**. Caso o **ASSOCIADO** não receba o boleto impresso até a data de vencimento, deverá retirá-lo no site ou entrar em contato com o **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** e solicitar a 2ª via.

9.3 A repartição dos prejuízos será feita pelo rateio do valor correspondente, entre todos os **ASSOCIADOS** participantes do *PSM*, obedecendo ao índice de rateio do veículo, de acordo com tabela estabelecida pela Diretoria. A mensalidade poderá variar R\$10,00 (dez reais) para mais ou para menos em função do rateio mensal.

9.4 O ressarcimento do valor do evento gerado no veículo automotor do associado poderá ser feito de uma só vez ou parcelado, de acordo com as condições econômicas da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** e a critério da Diretoria.

9.5 O ressarcimento poderá ser feito por meio de depósito bancário nominal ao **ASSOCIADO** ou através de reparação dos danos, ou ainda, na reposição do bem por outro da mesma espécie e tipo, sempre deduzindo a taxa de utilização do associado diretamente prejudicado no evento danoso.

9.6 Em Caso de ressarcimento integral (furto qualificado, roubo ou ressarcimento integral), o ressarcimento ao **ASSOCIADO** será feito em regra através da substituição do veículo por outro equivalente. O ressarcimento poderá ser feito ainda, excepcionalmente, através do ressarcimento do valor do bem de uma só vez ou parcelado em até 10 (dez) vezes, de acordo com as condições econômicas da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** e mediante decisão fundamentada da Diretoria Executiva.

9.7 Quando o veículo a ser indenizado fizer parte do conjunto de bens de um espólio ou massa falida, a indenização será realizada em nome do espólio ou da massa, mediante recibo assinado pelo inventariante e/ou síndico legalmente constituídos, respectivamente, e autorização judicial (alvará).

9.8 Caso o **ASSOCIADO** faça a opção de aderir ao *PSM*, em hipótese alguma será admitida a participação do veículo incluso nesta modalidade em outra associação ou ainda em modalidade similar a esta e, inclusive a participação em seguro particular de casco, sob pena de tornar-se nula a presente proteção.

10. PARTICIPAÇÃO DO ASSOCIADO EM CASO DE ACIONAMENTO DO PSM

10.1 Em caso de acionamento das coberturas do *PSM* para si ou terceiros, o **ASSOCIADO** participará dos custos decorrentes conforme regras abaixo especificadas:

CATEGORIA ESPECIAL

Participação de 10% (dez por cento) da tabela FIPE, levando em consideração o valor máximo constante na Tabela FIPE previsto no Termo de Adesão, à época da contratação, não podendo esse valor ser inferior a R\$2.000,00 (dois mil reais), além de sua mensalidade devida.

**Enquadram-se nesta categoria: Peugeot, Citroën, Chery... e veículos importados.*

CATEGORIA VEICULOS LEVES (PASSEIO)

De R\$10.000,00 (dez mil reais) até R\$30.000,00 (trinta mil reais): Participação de 5% (cinco por cento) mínimo R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) além da mensalidade devida.

De R\$30.000,01 (trinta mil reais e um centavo) a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais): Participação de 7% (sete por cento) além da mensalidade devida.

Acima de R\$50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo): Participação de 10% (dez por cento) além da mensalidade devida.

CATEGORIA MOTO

Até R\$4.000,00 (quatro mil reais): Participação de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais), além de sua mensalidade devida.

De R\$4.000,01 (quatro mil reais e um centavo) a R\$8.000,00 (oito mil reais): Participação de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), além de sua mensalidade devida.

De R\$8.000,01 (oito mil reais e um centavo) a R\$12.000,00 (doze mil reais): Participação de R\$2.000,00 (dois mil reais), além de sua mensalidade devida.

De R\$12.000,01 (doze mil reais e um centavo) a R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais): Participação de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), além de sua mensalidade devida.

De R\$16.000,01 (dezesesseis mil reais e um centavo) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais): Participação de R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), além de sua mensalidade devida.

CATEGORIA VAN, PICK UP/CAMINHONETE, SUV

Participação de 10% (dez por cento) da tabela FIPE, não podendo esse valor ser inferior a R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), além de sua mensalidade devida.

MOTORISTAS DE APLICATIVO DE MOBILIDADE URBANA (99/UBER/TAXI/ALUGUEL)

Participação de 10% (dez por cento) da tabela FIPE, não podendo esse valor ser inferior a R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais), além de sua mensalidade devida.

CATEGORIA CAMINHÃO

Participação de 10% (dez por cento) da tabela FIPE, não podendo esse valor ser inferior a R\$2.000,00 (dois mil reais), além de sua mensalidade devida.

10.2 A participação do **ASSOCIADO** (variável de acordo com tipo e grupo de veículo) deverá ser paga ainda que o mesmo deseje apenas que o veículo terceiro envolvido seja consertado.

10.3 Os valores dispostos na cláusula supra deverão ser pagos no ato da entrega dos documentos necessários para abertura de evento, sob pena de dos trâmites para conserto/ressarcimentos dos danos não serem iniciados. O veículo somente será recebido/autorizado para reparação mediante a quitação da taxa de participação/utilização pelo **ASSOCIADO**.

10.4 Caso o **ASSOCIADO** não faça a comunicação formal, com a entrega de todos os documentos necessários para abertura de evento e o pagamento da taxa de acionamento no prazo de 30 (trinta) dias, **perderá automaticamente o direito à cobertura**, visto que procedimentos de sindicância podem ser necessários, e tal demora acarreta na impossibilidade de sua realização.

11. COBERTURA DE TERCEIROS

11.1 O **ASSOCIADO** deve optar expressamente no *Termo de Adesão/Filiação* pela contratação da proteção contra prejuízos materiais causados a veículos de terceiros da, declarando estar ciente de seus direitos, deveres e obrigações, bem como sujeito aos termos previstos Regulamento. Ressalta-se que a proteção mencionada nesta cláusula se refere a uma **PROTEÇÃO ADICIONAL E OPCIONAL**, e como tal, estará sujeita a sua contratação e pagamento de valores.

11.2 Os eventos danosos contra veículos de terceiros somente terão proteção desde que o BO (Boletim de Ocorrência) feito pelo **ASSOCIADO** ou que o represente no momento de evento, com todas as informações necessárias. Além disso, a culpa pelo evento deve ser incontestavelmente do condutor do veículo associado. Os referidos danos somente serão recuperados ou ressarcidos caso sejam inferiores aos limites acima informados.

11.2.1 O valor da proteção para proteção terceiros de Associados que possuem carro é de R\$30.000,00 (trinta mil reais), e para aqueles que possuem moto R\$20.000,00 (vinte mil reais).

11.3 Somente terão proteção prejuízos causados no veículo do terceiro em razão da colisão, com exclusão de qualquer outro veículo.

11.4 O **ASSOCIADO** somente terá direito a cobertura (seja de seu veículo ou envolvendo terceiros) de no máximo 02(dois) eventos a cada 12 (doze) meses, sendo que a partir do 2º (segundo) evento, haverá a cobrança da taxa de participação em dobro. O **ASSOCIADO** poderá ser excluído compulsoriamente do PSM, a critério da Diretoria, e assegurado o direito a recurso administrativo.

11.5 Para poder acionar este benefício, deverá o **ASSOCIADO**:

11.5.1 A entregar à **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** qualquer reclamação, citação ou intimação, carta ou documento que receber e que se relacione com acidente abrangido pela proteção do presente termo de adesão, sob pena de não o fazendo perder os direitos previstos neste documento.

11.5.2 Não fazer qualquer acordo, em juízo cível ou criminal, e também fora deles, assumir responsabilidades ou despesas, sem o expreso consentimento da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, sob pena de o fazendo perder os direitos previstos neste documento.

11.5.3 Manter o veículo protegido em bom estado de conservação e segurança.

11.6 São considerados eventos **EXCLUÍDOS DA PROTEÇÃO DE DANOS MATERIAIS CAUSADOS A TERCEIROS**:

11.6.1 Danos causados pelos associados (ou condutor autorizado) a seu ascendente, cônjuge e irmão, bem como a qualquer parente ou pessoa que com ele resida ou dele dependa economicamente;

11.6.2 Acidentes ocasionados diretamente pela inobservância das disposições legais;

11.6.3 Responsabilidades assumidas pelo associado por contrato, acordo ou convenções;

11.6.4 Multas, fianças e despesas de qualquer natureza, relativas a ações ou processos cíveis e criminais;

11.6.5 Resultados de prestação de serviços não relacionados com a locomoção do veículo;

11.6.6 Acidentes diretamente ocasionados pela inobservância a disposições legais sobre lotação de passageiros, dimensão, peso e acondicionamento da carga transportada;

11.6.7 - Atos ilícitos dolosos ou culpa grave equiparável ao dolo, praticados pelo condutor, seu(s) beneficiário(s) ou por seus representantes legais;

11.6.8 Caso o associado aja deliberadamente contra os interesses da associação, ou em ato fraudulento para beneficiar Terceiro;

11.6.9 Danos que não seja essencialmente materiais, tais como danos pessoais, corporais, morais, estéticos, lucros cessantes, danos a objetos e cargas transportadas, etc.

11.6.10 Para efeito de ressarcimento de valores ao terceiro, somente será considerado os custos com a remoção do veículo através de reboque. Caso ocorra despesas com orçamento e outros serviços adicionais, estes não estarão passíveis de ressarcimento, por não estarem incluídos na presente proteção;

11.6.11 **Demais cláusulas constantes neste Regulamento.**

12. OBRIGAÇÕES DO ASSOCIADO PARTICIPANTE DO PSM

12.1 Agir com lealdade a boa fé com os demais **ASSOCIADOS** e com a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, sempre velando pelo seu regular funcionamento e sua boa imagem e buscando alcançar os fins institucionais, sob pena de ser automaticamente excluído do *PSM* e do quadro de **ASSOCIADOS**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.2 Cumprir todas as normas estabelecidas no estatuto social e neste regulamento, bem como outras a serem expedidas formalmente pela Diretoria.

12.3 Pagar em dia os valores das mensalidades devidas pelos **ASSOCIADOS**, além de contribuir no prazo e na forma estabelecida pela Diretoria.

12.3.1 Ressalta-se que os pagamentos do **ASSOCIADO** serão devidos e obrigatórios, ainda que seu veículo esteja fora de uso, guardado ou sofrendo reparos em função de eventos danosos.

12.4 Manter o veículo em bom estado de conservação.

12.5 Dar imediato conhecimento à **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** caso haja algum dos casos abaixo, sob pena de perda de todas as proteções e benefícios:

- a) Mudança de domicílio, ou qualquer dado pessoal informado no cadastro;*
- b) Alteração na forma de utilização do veículo;*
- c) Transferência de propriedade;*
- d) Alteração das características do veículo.*

12.6 O **ASSOCIADO** deve tomar todas as providências ao seu alcance para proteger o veículo acidentado e evitar a agravação dos prejuízos, sob pena de ser considerado responsável pelos mesmos.

12.7 Empenhar todos os esforços para ser ressarcido de prejuízos causados por terceiros.

12.8 Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos para ressarcimento neste regulamento, o **ASSOCIADO** deve tomar as seguintes providências:

- a) Acionar a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** imediatamente. Caso o evento ocorra no final de semana ou feriados, a comunicação deverá ser feita por meio de ligação ao 0800 da assistência 24h;
- b) Acionar a polícia militar, para que seja realizada a ocorrência policial, no local e na hora que tenha ocorrido o acidente, roubo ou furto, relatando completa e minuciosamente o fato no **BOLETIM DE OCORRÊNCIA**, mencionando dia, hora, local, circunstância do acidente, nome de quem dirigia o veículo, nome e endereço de testemunhas e providências de ordem policial tomadas;
- c) Não fazer acordos com terceiros ou qualquer outra parte;
- d) Em acidentes com envolvimento de terceiros, identificá-los, quando possível, no registro policial juntamente com os dados de duas testemunhas do acidente;
- e) No caso de roubo ou furto, se o veículo possuir rastreador ou localizador, acionar a empresa prestadora de serviço, a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** ou a assistência 24 horas, que deverá tomar as devidas providências para a localização, rastreamento e bloqueio do veículo;
- f) Exigir da empresa prestadora de serviço de guincho o Laudo de Vistoria do veículo acidentado, feito no local do acidente, antes do deslocamento do mesmo.

12.9 Caso o **ASSOCIADO** não informe em até 48 (quarenta e oito horas) um evento de colisão à **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, **E O MESMO NÃO TENHA SUA COBERTURA NEGADA**, o mesmo sofrerá como penalidade um acréscimo de 30% (trinta por cento) no valor de sua taxa de participação/acionamento, sendo que o mesmo não terá direito a qualquer cobertura caso o prazo ultrapasse 05 (cinco) dias.

12.10 Quaisquer eventos que envolvam roubo ou furto do veículo **deverá ser imediatamente comunicado à PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, uma vez que esta possui equipamentos de rastreamento instalados no veículos, além de uma equipe de pronta resposta especializada em roubo de veículos, aumentando consideravelmente a chance de localização do mesmo.

12.10.1 **Caso o associado não comunique imediatamente o roubo/furto à PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS, o mesmo perderá automaticamente todos os direitos e benefícios deste PSM, notadamente em relação a qualquer direito de indenização/compensação.**

12.10.2 **Entende-se com IMEDIATAMENTE aquela comunicação feita em até 02 (duas) horas após o fato.**

12.11 Somente serão considerados os prejuízos que constarem no boletim de ocorrência lavrado no dia e na hora do evento, sem ressalvas.

12.12 Aguardar a autorização da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** para iniciar a reparação de quaisquer danos, sob pena de arcar com os prejuízos sem o benefício do rateio entre **ASSOCIADOS**.

12.13 Sempre observar e ler atentamente espaço reservado para mensagens no boleto de pagamento mensal e no site, que são os instrumentos oficiais de comunicação da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** com seu **ASSOCIADO** participante do **PSM**. Qualquer alteração do presente regulamento será informada aos **ASSOCIADOS** através destes dois instrumentos, e o vincularão a partir do pagamento do boleto, ou da postagem da mensagem no site.

13. SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS

13.1 Com o pagamento do ressarcimento previstos neste regulamento, a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** ficará sub-rogada, até o limite pago, em todos os direitos e ações do associado contra aquele que por ato, fato ou omissão tenha causado os prejuízos ou para eles contribuído.

13.2 Para fins de ressarcimento integral, o associado deverá preencher uma procuração administrativa e judicial, além de fornecer a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** um termo de sub-rogação de direitos.

14. LGPD

14.1 Para fins desta Cláusula, os termos: *ANPD; Dado Pessoal, Dado Pessoal Sensível; Controlador; Operador; Titular; Tratamento* terão o significado que lhes é atribuído na Lei 13.709/2018 (LGPD) e *Leis de Proteção de Dados* significa:

- a. a LGPD, conforme possa ser alterada;
- b. eventuais decretos regulamentares;
- c. todo e qualquer regulamento publicado pelo ANPD;
- d. qualquer lei ou regulamento aplicável à proteção de Dados Pessoais aplicável ao Contrato.

14.2 A **ASSOCIAÇÃO** se compromete a atender e respeitar integralmente as disposições da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados, no que toca ao tratamento de dados pessoais necessário para execução deste contrato, motivo pelo qual todo e qualquer tratamento de dados dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º. e/ou 11 da Lei Geral de Proteção de Dados às quais se submeterão os serviços e para os propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados.

14.3 A **ASSOCIAÇÃO** concorda e garante que:

- a. Estabelece políticas corporativas, treinamentos periódicos e capacitação dos seus funcionários e/ou colaboradores sobre segurança da informação, e com relação aos princípios, direitos e obrigações previstos nas *Leis de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais*;
- b. Concede acesso aos *Dados Pessoais de Associados* somente ao número mínimo de colaboradores que tenham necessidade de acessá-los para fins de cumprimento do contrato e desde que tais colaboradores estejam vinculados contratualmente à obrigação de confidencialidade;
- c. Mantém controle de todas as atividades de *Tratamento* envolvendo os *Dados Pessoais de Associados* e controles de acesso adequados;
- d. Monitora e testa constantemente os sistemas de tecnologia da informação, adotando medidas de segurança, técnicas e organizacionais aptas a proteger, de acordo com os melhores padrões de mercado, os *Dados Pessoais* de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito (*Incidente de Dados*).

14.4 O tratamento dos *Dados Pessoais de Associados* pela **ASSOCIAÇÃO**, em razão deste contrato, somente deverá ser realizado para as finalidades estritamente relacionadas ao contrato firmado entre as Partes, sendo vedada a utilização de tais informações para fins diversos dos constantes neste contrato, utilizando-as, ainda, quando for o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ANPD.

14.5 Os *Dados Pessoais de Associado* compartilhados em razão deste contrato entre as Partes devem ser considerados informações confidenciais, sendo aplicáveis aos dados pessoais as mesmas disposições de confidencialidade.

14.6 Caso a **ASSOCIAÇÃO** realize quaisquer transferências internacionais de Dados Pessoais (por exemplo, a utilização de servidores fora do Brasil), compromete-se a adotar um dos mecanismos previstos no artigo 33 da LGPD.

14.7. A **ASSOCIAÇÃO** obriga-se a notificar a outra Parte sobre qualquer *Incidente de Dados* que envolva os *Dados Pessoais* trocados em decorrência deste Contrato, suspeito ou confirmado, ou qualquer ato que implique em violação de *Leis de Privacidade e Proteção de Dados*, independentemente da causa do incidente ou violação, em até 48 (quarenta e oito) horas úteis contadas da ciência do fato. A notificação deverá conter, na medida do possível, as seguintes informações:

- a. a data da violação dos *Dados Pessoais*;
- b. os *Dados Pessoais* específicos comprometidos;
- c. o tipo de violação;
- d. as providências que foram e que serão adotadas a fim de minimizar e remediar a violação dos Dados Pessoais ou evitar novos Incidentes de dados.

14.8 Fica expressamente proibido à **ASSOCIAÇÃO**:

- a. Manipular os dados do ASSOCIADO com o fim de benefício próprio ou de terceiros alheios a relação havida contratualmente, salvo se expressamente autorizado no Termo de Adesão ou Regulamento;
- b. Repassar dados à pessoa estranha a relação comercial, salvo autorização expressa e motivo justificado.
- c. Gravar, transmitir, ceder ou repassar os dados acessados em razão do cumprimento do contrato com o fim de benefício próprio ou de terceiro alheios à relação havida contratualmente.

14.9 Pelo presente instrumento o **ASSOCIADO** autoriza a **ASSOCIAÇÃO** a tratar e arquivar seus dados, da contratação até o prazo de 10 (dez) anos contados da rescisão do contrato associativo.

14.10 As Partes declaram que, no caso de omissão no presente contrato quanto ao tratamento de *Dados Pessoais*, deverão consultar-se mutuamente e, subsistindo real dúvida, aplicar a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e/ou legislações atinentes.

14.11 A **ASSOCIAÇÃO** se compromete ainda a proteger os direitos fundamentais da liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive em meios digitais.

14.12 Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais obtidos, seguirão um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que atendam a utilização da *Tecnologia da Informação e Comunicação* previstos na *Política de Privacidade de Dados Pessoais* da **ASSOCIAÇÃO**.

14.13 Os dados obtidos em razão deste Contrato serão armazenados pela **ASSOCIAÇÃO** em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e seu adequado controle, com transparente identificação do perfil dos credenciados ao acesso, permitindo assim a rastreabilidade de cada transação e a livre apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento destes dados com terceiros.

14.14 A **ASSOCIAÇÃO** dará conhecimento formal aos seus empregados e prestadores de serviços quanto ao inteiro teor da presente cláusula, inclusive no tocante à *Política de Privacidade* da **ASSOCIAÇÃO**, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento de dados pessoais de que trata o presente Contrato.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Fica eleito da comarca onde estiver localizada a sede da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem relativas ao *PSM*, afastando quaisquer outros foros por mais privilegiados que sejam.

15.2 O **ASSOCIADO** declara que todas as informações prestadas por ele para a **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS** serão verdadeiras e, caso fique comprovada a falsidade de qualquer informação ou declaração emitida pelo **ASSOCIADO**, o mesmo será imediatamente excluído do *PSM* bem como eliminado no quadro social da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, nos termos do Estatuto Social, sem prejuízo das sanções legais.

15.3 Todos os **ASSOCIADOS** declaram que leram e têm pleno conhecimento de todas as normas contidas no regulamento *PSM* e no estatuto social da **PREMIERE CLUBE DE BENEFÍCIOS**, e que aceitam todas as condições estabelecidas neste documento para associarem-se.

15.4 O presente regulamento entra em vigor na data da Assembleia Geral que o instituiu, revogando todas as disposições anteriores em contrário.

15.5 Os casos omissos no presente regulamento serão analisados pela Diretoria Executiva, sendo a decisão levada ao conhecimento da Assembleia Geral subsequente ao saneamento da omissão, após a ciência e ratificação, as decisões terão força normativa e deverão ser aplicadas a todos os casos semelhantes e análogos, no que for aplicável.